

D. ANTÓNIO DE S. JOSÉ DE CASTRO. RECONSTRUÇÃO LIBERAL DE UMA BIOGRAFIA*

PEDRO VILAS-BOAS TAVARES
CITCEM-FLUP

<https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi28v3>

ptavares@letras.up.pt

RESUMO: A partir dos elementos documentais por si usados no esboço biográfico desta personalidade, tão decisiva no êxito da resistência portuguesa anti napoleónica, o autor propõe-se vincar, com alguns exemplos concretos, quanto o perfil histórico deste antístite ficou, por razões de mera política sectária, cirurgicamente à mercê da sua desfiguração sistemática pelos adeptos do setor liberal radical, empenhada e naturalmente opostos a toda e qualquer tentativa de evolução reformista e ilustrada da legalidade institucional vigente. Uma réplica e reflexo – afinal – do que, em termos de memória histórica, se intentou com D. João VI, estadista só tarde e ainda incompletamente resgatado da incompreensão e da injustiça de apreciações a que foi votado.

PALAVRAS-CHAVE: D. António de S. José de Castro; Liberalismo; Portugal.

ABSTRACT: Based on the documentary elements used by him in the biographical sketch of this personality, so decisive in the success of the Portuguese anti-Napoleonic resistance, the author proposes to emphasize, with some concrete examples, how much the historical profile of this antistite remained, for reasons of mere sectarian politics, surgically at the mercy of its systematic disfigurement by the followers of the radical liberal sector, committed and naturally opposed to any attempt at reformist evolution and illustrated by the institutional legality in force. A replica and reflection – after all – of what, in terms of historical memory, was intended with king John VI, a statesman only late and still incompletely rescued from the incomprehension and injustice of the assessments to which he was voted.

KEYWORDS: D. António de S. José de Castro; Liberalism; Portugal.

1. De acordo com os objetivos sumariamente enunciados, propomo-nos revisitar uma apreciação biográfica que acompanha em paralelo a do monarca a quem serviu, D. João VI.

Uma observação prévia, genérica e, segundo julgamos, pacífica, se impõe, ainda que dispensável talvez no quadro destas jornadas de *História da Historiografia*: a história, qualquer que seja a subjetividade do transmissor, vive

certamente escorada em factos documentados e patenteáveis, cuja metodologia de apuramento lhes confere um grau de suficiente objetividade, mas também da análise crítica dos contextos em que foram sendo produzidos os relatos historiográficos e, nestes, da atenção dada aos aspetos sócio-ideo-políticos inerentes ao seu produtor, seus sistemas de valoração e ordenação dos factos. A subjetividade e parcialidade dos “relatores”, partilhadas por significativos grupos sociais e setores de opinião no espectro social de um dado momento, sublinham de resto o papel político de fixação de memória, de justificação e propaganda da historiografia. Desconstruir para perceber o sentido e a lógica das construções e urgir novas reconstruções, mais totalizantes e aproximadas à verdade do vivido e do acontecido, individual e coletivamente, eis um escopo a que o historiador não se pode furtar, sobretudo em sede de história da cultura. De resto, a revisitação da memória social sedimentada, a mnemohistória, bem como o exercício metódico de construção de hipóteses contrafactuais (porque a consideração do que podia ter acontecido e não ocorreu ajuda a melhor esclarecer a malha de razões dos factos reais), parecem-nos disciplina crucial ao ofício de historiador.

2. Concretamente, também em relação ao nosso protagonista, conviria secundar a advertência enfática de Manuel Canaveira sobre a necessidade de desmontar a «mnemohistória da Guerra Peninsular»¹, dela expurgando relatos que não se compaginam com a realidade dos factos.

Conforme tivemos oportunidade de afirmar, também nestas matérias o grande inimigo é hoje o gregarismo, pois «quando um copioso jornalismo impressionista, sensacionalista e pitoresco, se abalança a matérias de histórica pátria, continua incapaz de compreender e se distanciar da construção narrativa das bibliotecas de “educação popular” do nosso romantismo, prestando acrítico tributo a lugares comuns originados nas páginas historiográficas de um Pinheiro Chagas ou nas do divulgadíssimo Oliveira Martins da *História de Portugal*»².

Como é fácil de verificar, a historiografia republicana herda do jacobinismo vintista e do setembrismo radical uma sistemática visão denegridora da saída da corte para além Atlântico, decisão crucial para a derrota de Napoleão na

¹ Este título e texto reproduzem a comunicação apresentada a 22 de Outubro de 2020 pelo autor nas *VI Jornadas de História da Historiografia* «Biografia, Autobiografia, Memórias, Prosopografia: construções do eu histórico» (CITCEM/FLUP).

CANAVEIRA, Manuel – *Mnemohistória da Guerra Peninsular: Frei Manuel do Cenáculo e a ocupação de Évora pelo exército de Loyson* (Julho/Agosto de 1808) in *Actas do Congresso Guerra Peninsular, Novas Interpretações*, realizado em 28 e 29 / 10 de 2002, Instituto de Defesa Nacional, ed. Tribuna, p. 408.

² Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Rapina e saques das «águas napoleónicas» em Portugal: dados e reflexões*. In OLIVEIRA, Valente de (coord.) – *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. Vol. II, Ed. CIMP/ «Público», 2009, p. 229.

Europa e que abriu o Brasil à modernidade pós-colonial, ao progresso e à plena autonomia. António Ferrão, classificado por Manuel Canaveira como «historiador carbonário de fundas convicções republicanas»³ é realmente bom símbolo deste tipo de apreciação no século XX. Simplesmente, nesta matéria, ao contrário do juízo de Canaveira, não vemos qualquer traço de originalidade. A fúria do «protetor» Junot, posto impotentemente a «ver navios», não foi muito diferente da frustração de portugueses colaboracionistas do partido francês. E os “patriotas” afrancesados seguiram esta mesma pauta, tal como sucedeu com o *maçon* José Liberato Freire de Carvalho, cujas declamações contra a «fuga», a «vergonhosa cobardia» do príncipe e de «um ministério imbecil», enquadráveis na conhecida fobia «contra a fatal influência que Inglaterra tem tido nos nossos negócios desde que a Família de Bragança foi chamada a nos governar»⁴, Ferrão se limita a reproduzir, cerca de um século volvido..., sem a mínima consideração – de resto – pela eficácia de uma inovadora conceção de resistência nacional, mais envolvente e integrada, que acabara de se afirmar e um futuro distante consagraria.

3. No há que regressar aqui ao recontamento dos feitos, realizado desde a *História Geral da Invasão dos Franceses e da Restauração deste Reino*, de José Acúrsio das Neves, malgrado e benemérito autor que, não obstante a sua vasta preparação cultural, reformismo ilustrado, modernidade das ideias económicas, e sobretudo grande probidade intelectual, foi vítima da suspicácia censória com que, geralmente, a historiografia dos vencedores encarou os vencidos de Évora Monte.

Também tivemos já oportunidade de acompanhar o itinerário de D. António de S. José e Castro, sua formação e exercício dos cargos de bispo do Porto, patriarca eleito e governante no quadro das ocupações e da resistência aos franceses, pelo seria uma impertinência e fora de propósito repetirmo-nos neste ensejo.

Ainda assim valerá a pena recordar que, desde a partida do Porto das tropas espanholas comandadas por D. Domingos de Ballestá, e manifestando-se na cidade «uma intensa, conhecida e bem sucedida atividade política restauracionista», fica clara a «extrema prudência do bispo, D. António de S. José de Castro, acompanhando a evolução dos acontecimentos, ponderando a correlação de forças em presença, os valores em causa e o significado da oportunidade agora aberta à nação», já que «haveria que potenciar a coerência

³ Cf. CANAVEIRA, Manuel – *art. cit.*, p. 406.

⁴ Cf. *Ensaio Histórico-Político sobre a Constituição e Governo do Reino de Portugal*. Lisboa: Impr. Nevesiana, 1843, p. 198.

entre as explosões de rua, entre as previsíveis atitudes de uma opinião pública esmagadoramente favorável ao levantamento declarado contra Junot, e as reais possibilidades de condução do processo político por parte das instituições e autoridades portuguesas subsistentes»⁵. Um discernimento discreto que foi decisivo para o êxito do primeiro levantamento restauracionista antifrancês.

Se essa arte diplomática e a anterior sinalização de aparente acomodação ao *statu quo*, chegaram a suscitar desconfiança nalgumas forças populares sublevadas, a proximidade, articulação política e ascendente de D. António de S. José de Castro sobre Raimundo José Pinheiro, líder do portuense «grito de revolta» de dia 7 de Junho de 1808, tal como a inserção do prelado na dinâmica popular dos acontecimentos, haviam logrado «esbater tensões e desconfianças sociais, e realizar a indispensável aproximação e articulação das magistraturas, da tropa, do clero, do patriciado urbano, das camadas burguesas intermédias e baixas e das camadas populares mais humildes, de toda a sociedade enfim, na sua natural diversidade», em torno de um comum e galvanizador escopo de «salvação pública»⁶. E, como é sabido, a 18 desse mesmo mês de Junho, já o bispo figurava como presidente eleito da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino.

4. É significativo que o antístite, que logo nos primeiros dias de governo passou a sair a visitar obras e manobras militares com todo o seu cabido armado, expondo-se a eventuais perigos e atentados, indo pessoalmente ao encontro de ajuntamentos de amotinados venha a ser apresentado como «colaboracionista», traidor e «cobarde» por José Liberato Freire de Carvalho⁷. Este ex crúzio e maçom, «nutrindo pelo bispo entranhado ódio», tornou-se, com os seus próprios escritos, «um dos principais responsáveis pela desfocada imagem que a historiografia liberal dará do prelado»⁸. Entre a emigração, em *O Campeão Portuguez* (tomo I, Londres, 1819), continuava a campanha política contra a Regência, e José Liberato, entre a correspondência publicada, tinha ainda o topete de chamar ao erudito bibliófilo, cultor dos clássicos, prelado reformador e ilustrado, sócio da Academia das Ciências, já depois do seu falecimento (12 de Abril de 1814), nada mais nada menos do que «ignorante»⁹.

⁵ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Rapina e saques das «águia napoleónicas» em Portugal: dados e reflexões*, Ob. cit., p. 215.

⁶ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Rapina e saques das «águia napoleónicas» em Portugal: dados e reflexões*, Ob. cit., p. 216.

⁷ Cf. «*O Campeão Portuguez ou O Amigo do Rei e do Povo*», t. I, Londres, 1819, «Correspondência», p. 172.

⁸ TAVARES, Pedro Vilas Boas – *D. António de S. José de Castro: dever e fidelidade, nas e para além das circunstâncias*. In OLIVEIRA, Valente de (coord.) – *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. Vol. IV, Ed. CMP/ «Público», 2009, p. 42.

⁹ Cf. «*O Campeão Portuguez ou O Amigo do Rei e do Povo*», t. I. Londres, 1819, «Correspondência», pp. 172 e 175.

Tudo servia para malsinar o prelado. Depois das autorizações papais e régias, na Quinta do Prado, pertencente à mitra, por provisão sua de 20 de Junho de 1804, D. António instituiu o Seminário Episcopal de Santo António, «a fim de ser igualmente útil ao estado ecclesiastico e secular, empregando no regimen do mesmo Seminario ecclesiasticos e seculares», de harmonia com duas classes de alunos¹⁰. Logo começaram as obras na Quinta do Prado e lugar das Fontainhas, que continuariam após a saída de D. António do Porto, estando inacabadas. Como é sabido, no termo da «segunda invasão francesa», as paredes do edificio inacabado, no alto do «monte do Seminário», assistiriam ao desembarque e serviriam de trincheira às vitoriosas tropas de Wellesley (12 de Maio de 1809). Pois surpreendentemente, um autor consciencioso como Fortunato de Almeida¹¹ ainda divulga o rumor de Sousa Reis segundo o qual o bispo destinaria este edificio a sede do Santo Officio no Porto¹², possibilidade absurda, facilmente impugnada por J. Augusto Ferreira¹³ e a ser interpretada no quadro do ódio jacobino ao prelado, pois na mesma cidade onde outrora falhara D. Frei Baltasar Limpo, não era agora minimamente pensável a sede de um tribunal decadente, com existência já comprometida no curto prazo¹⁴.

Uma questão central, propícia a críticas, era a forma como o bispo conduzira a defesa do Porto na invasão de Sout, permitindo exorbitantes imputações de responsabilidades suas relativamente ao desastre da Ponte das Barcas e ao saque da cidade. Na realidade, depois de, num choque desigual, se terem rompido as linhas de defesa, o bispo lograra sair da cidade e da Serra do Pilar a tempo, em direcção a Aveiro, salvando a caixa militar e subtraindo-se ao risco de ficar refém da autoridade de Sout, assessorado para os negócios eclesiásticos pelo capitular barcelense colaboracionista Valério Veloso. O tipo de acusações feitas ao Príncipe Regente, de cobardia e fuga, ganhavam nova réplica, mas a verdade é que voltavam a camuflar deficientemente grande frustração por um novo objetivo estratégico incumprido pelo invasor. E, com a passagem do tempo, a reacção à «lenda negra» em que se tentou enterrar a memória de D. António de S. José e Castro, tem-se vindo paulatinamente a fazer, com argumentos dificilmente rebatíveis.

Extraindo a «lição dos factos» por si evocados, e particularmente das

¹⁰ PINTO, António Ferreira – *Memoria historica e comemorativa da fundação, mudança e restauração do Seminario Episcopal do Porto*. Porto, 1915, pp. 160-164.

¹¹ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Vol. III. Porto: Civilização, 1970, p. 581b.

¹² REIS, Henrique Duarte de Sousa – *Apontamentos para a história antiga e moderna...da cidade do Porto* (Ms. BPMP), III, ff. 281.

¹³ FERREIRA, J. Augusto – *Memorias Archeologico-historicas da Cidade do Porto*. Tomo II. Braga: Cruz ed., 1924, p. 417

¹⁴ Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas – *D. António de S. José de Castro: dever e fidelidade, nas e para além das circunstâncias*. Ob. cit., p. 38.

anotações e notícias a este propósito deixadas pelo franciscano coevo Frei Inácio de S. Carlos, pertinentemente escreveu António Cruz: «É tempo de averiguar se a qualquer outro responsável, ainda que versado na arte da guerra, seria possível fazer algo mais do que aquilo que fez o Bispo do Porto. A conclusão final, certamente, há-de ser esta: ninguém o excederia em patriotismo, ninguém saberia aproveitar-se melhor das oportunidades, a ninguém seria dado remediar, tão rapidamente como ele o fez, as deficiências resultantes de males que de longe vinham»¹⁵.

Numa perspetivação altamente negativa que vai fazer passar a Luz Soriano, José Liberato visa atingir directamente o papel que, a partir de 19 de Junho de 1808, o prelado assumiu, como presidente da Junta Provisional do Governo Supremo, constituída no Porto, na sequência da rebelião anti-francesa então em curso, e, muito concretamente, culpabilizá-lo do afastamento da Junta, prisão, julgamento e desgraça política do tenente-coronel de engenharia Luís Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado e do capitão de artilharia João Manuel Mariz Sarmiento, protagonistas centrais dos primeiros acontecimentos do movimento restaurador¹⁶. A questão é que esta versão não é compatível com os relatos do benemérito José Acúrsio da Neves, e com o facto, sistematicamente “ignorado” pelos detratores de D. António de S. José de Castro de que aqueles dois militares, julgados e condenados em forma de processo na Relação, contaram então com a solicitude protectora do bispo, que levou a Junta do Governo Supremo a remeter os sentenciados para o Rio de Janeiro, ao príncipe regente, por forma a estes poderem ser contemplados, como aconteceu, com a revogação da execução das sentenças, que previam respectivamente pena de morte para Cândido e deportação em Angola para Mariz.

Quando finalmente D. António, toma o seu lugar no Conselho de Regência,

¹⁵ *A participação da cidade na História Nacional*, in *História da Cidade do Porto*, 9.ª Parte, vol. III, Barcelos, 1965, p. 292.

¹⁶ Cf. nomeadamente *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Anno 1854, Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1855, p. 61: «Quem mais se distinguiu nestas baixezas [perseguições aos «amigos dos franceses»] foi o cruel perseguidor dos dois honrados patriotas Mariz e Luis Candido, os primeiros que levantaram no Porto o grito da liberdade; e este perseguidor, adúlador vil e hypocrita, era o que então occupava a cadeira de Bispo do Porto, e se assignava «D. Antonio, Bispo do Porto». No folheto n.º 5 e volume 1.º do meu Campeão de Londres, achará o leitor curioso a pág. 175 a carta que elle escreveu a Napoleão, assim como achará na mesma obra tomo 2.º pág. 87 a correspondencia que o mesmo bispo teve com o general francês Quesnel. E em quanto perseguia os chamados amigos dos francezes e estes eram ora mettidos nos cárceres da Inquisição, ora desterrados, era elle, vil hypocrita, nomeado Patriarcha de Lisboa e hum dos Regentes do Reino!...». São notórias aqui, e comprehendem-se, as cores de um discurso de ódio. De resto, como é bem sabido, quem à época se occupava com zelo dos chamados “amigos dos franceses”, por via do frequente jacobinismo destes, era muito mais a instância política – a Intendência Geral da Polícia, do que propriamente o Santo Offício. Este tratava, naturalmente, a denúncia – frequente – de “culpas de maçonismo”, por razões de doutrina católica, mas de 1799 a 1820, de 162 casos, apenas se concluíram, conduzindo a uma sentença 11 casos (AFONSO, Aniceto e GUERREIRO, Marília – *Subsídios para o estudo da Inquisição no Século XIX*. In *Inquisição*. Vol. III. Lisboa: Ed. Universitária, 1990, p. 1248).

coisa que «os ingleses tanto desejavam», e, pouco depois, assume as suas funções de vigário capitular de Lisboa (10.5.1809) já J. C. Villiers, embaixador inglês, escrevia para Londres «que, na sua opinião, a atitude do bispo não encoraja[va] o governo britânico a confiar nele», algo que reforça a ideia de que os ingleses, reconhecendo-lhe mérito, sabiam que nunca teriam nele um «*yes man*» fácil...

Toda a documentação do *Public Record Office*, de Londres, em boa hora benemeritamente trazida à luz por Jorge Ribeiro, se reveste de altíssima importância na desmontagem do argumentário sistemático de alegações contra D. António de S. José de Castro. Pelo menos desde 1819, quando *O Campeão Português* publicou uma carta alegadamente escrita ao príncipe regente, datada do Porto em Junta de Governo, 23 de Junho de 1808, e se passou a apresentar a doutrina dessa carta como a origem da «desgraça» de Luís Cândido Cordeiro e João Manuel Mariz. Ao contrário do bispo e das «forças reaccionárias», estes, identificando-se com a doutrina do texto, pretendiam «que a restauração da dinastia de Bragança fosse também a restauração da representação nacional e do espírito público em que a coroa do seu fundador se apoiou». Efectivamente, nos termos dessa carta, «a causa maior da nossa decadência» resultaria da não convocação de cortes desde o reinado de D. Pedro II.

Mais: recentemente, Vasco Pulido Valente apresentou mesmo essa carta como texto-manifesto de um movimento do género do de 24 de Agosto de 1820, tendo Cândido e Mariz a «habilidade táctica» (usada pelos homens de vinte) de não declararem «que género de cortes previam para o futuro¹⁷. Como já tivemos ocasião de comentar: tudo são «construções legítimas, mas que caem pela base ao sabermos pela documentação do *Public Record Office* que, ao tomar em Lisboa conta do seu lugar no governo, D. António de S. José de Castro tentou convencer a regência da necessidade de esta convocar a nação em nome do Príncipe, antecipando-se assim a eventuais reivindicações populares futuras¹⁸... É ainda Villiers quem, a 15 de Novembro de 1809, no-lo afirma, muito satisfeito por ter agora no governo alguém em sintonia com o seu próprio pensamento nesta matéria. O patriarca só terá deixado cair a questão quando, sabido o parecer do príncipe, este manifestar receio das tensões do momento vivido e da exploração política das dinâmicas propiciadas pela iniciativa proposta, naquela precisa conjuntura¹⁹. Nem sempre o que parece e se inculca como sendo, é. E tando D. João VI como o seu Patriarca e ministro o sabiam

¹⁷ VALENTE, Vasco Pulido – *Ir prò Maneta. A Revolta contra os franceses* (1808). Lisboa: Alêtheia, 2007, p. 52.

¹⁸ TAVARES, Pedro Vilas Boas – *D. António de S. José de Castro: dever e fidelidade, nas e para além das circunstâncias* - Ob. cit., p. 63.

¹⁹ RIBEIRO, Jorge Martins - *O Governo de Portugal na correspondência diplomática do embaixador inglês em Lisboa (1808-1809)*. In *Actas do Colóquio Comemorativo do VI Centenário do Tratado de Windsor*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 1988, p. 125.

bem, por inteligência e experiência, afeitos ao jogo de cintura que estavam habituados a aguentar em prol de uma evolução reformadora, controlada e segura do Antigo Regime.

Artigo recebido em 31/10/2021

Artigo aceite para publicação em 30/11/2021